

01. O Tribunal Superior Eleitoral é composto de:

- A) Dois ministros do Supremo Tribunal Federal, três ministros do Superior Tribunal de Justiça e dois advogados nomeados pelo Presidente da República.
- B) Dois ministros do Supremo Tribunal Federal, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça e três advogados nomeados pelo Presidente da República.
- C) Três ministros do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Superior Tribunal de Justiça e quatro advogados nomeados pelo Presidente da República.
- D) Três ministros do Supremo Tribunal Federal, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça e dois advogados nomeados pelo Presidente da República.

02. Assinale a resposta certa quanto ao alistamento e o voto no Brasil:

- A) O alistamento e o voto são obrigatórios.
- B) O alistamento é obrigatório e o voto, facultativo.
- C) O alistamento é facultativo e o voto, obrigatório.
- D) O alistamento e o voto são facultativos.

03. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais:

- A) Dividir a zona em seções eleitorais
- B) Designar, até 60 (sessenta) dias antes das eleições os locais das Seções Eleitorais.
- C) Instruir os membros das Mesas Receptoras.
- D) Nenhuma das respostas acima.

04. As Juntas Eleitorais são compostas de:

- A) Um Juiz de Direito e de um a três cidadãos de notória idoneidade.
- B) Dois Juizes de Direito e de dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.
- C) Um Juiz de Direito e de dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.
- D) Nenhuma das respostas acima.

05. O Representante do Ministério Público Eleitoral que atua nos Tribunais Regionais Eleitorais é:

- A) O Procurador Geral de Justiça do Estado.
- B) O Procurador da República no respectivo Estado, e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador-Geral da República.
- C) O Promotor de Justiça mais antigo no Estado.
- D) Nenhuma das respostas acima.

06. Assinale a opção incorreta quanto à fidelidade partidária, segundo o disposto na Resolução/TSE Nº 22.610, alterada pela Resolução/TSE Nº 22.733:

- A) O partido político interessado pode pedir, na Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.
- B) Considera-se justa causa a incorporação ou fusão do

partido, a criação de novo partido, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário e a grave discriminação pessoal.

C) Podem formular o pedido de decretação de perda do cargo eletivo o partido político interessado, o Ministério Público Eleitoral e aqueles que tiverem interesse jurídico.

D) O TSE é competente para processar e julgar pedido relativos apenas ao Presidente e Vice-Presidente da República, nos demais casos, a competência é do Tribunal Eleitoral do respectivo estado.

07. Não é condição de elegibilidade:

- A) A nacionalidade brasileira.
- B) O pleno exercício dos direitos políticos.
- C) A filiação partidária.
- D) Nenhuma das respostas acima.

08. Marque a resposta INCORRETA:

- A) Ninguém poderá impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.
- B) O Juiz Eleitoral, ou o Presidente da Mesa Receptora, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.
- C) Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.
- D) Ocorrendo qualquer prisão, o preso será imediatamente conduzido à presença do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral competente que, se verificar a ilegalidade da detenção, a relaxará e promoverá a responsabilidade do coator.

09. Os recursos ordinários das decisões dos juizes eleitorais são julgados:

- A) Pelo TRE.
- B) Pelo TSE.
- C) Pela Junta Eleitoral.
- D) Pelo CNJ.

10. Marque a resposta CORRETA:

- A) Os candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e de Vereador são diplomados pelo Juiz Eleitoral.
- B) Os candidatos eleitos para os cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal são diplomados pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Os candidatos eleitos para os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Prefeito são diplomados pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- D) Nenhuma das respostas acima.

- 11.** Em relação às concepções de Constituição, marque a alternativa ERRADA:
- A) Na concepção sociológica, a Constituição é uma folha de papel que deve ser elaborada pela soma dos fatores reais de poder vigentes numa dada sociedade.
 - B) Segundo Kelsen, a Constituição, em sua concepção jurídica, ocupa o topo da pirâmide do ordenamento jurídico.
 - C) A concepção sociológica de Carl Schmitt dispõe não haver Constituição, se não estiver inserida em um contexto social.
 - D) Na concepção política, a Constituição constitui a decisão política fundamental sobre a forma de ser de um Estado.
- 12.** Quanto aos métodos de interpretação da constituição e das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:
- A) O método hermenêutico-concretizador parte-se da norma constitucional para o problema concreto, valendo-se de pressupostos subjetivos e objetivos e do chamado círculo hermenêutico.
 - B) O método científico espiritual, valorativo ou sociológico é aquele que parte de uma tese da identidade que existiria entre a constituição e as demais leis, ou seja, se a constituição é uma lei, não há por que ter método específico para interpretá-la.
 - C) O método normativo estruturante ou concretista é aquele em que o intérprete deve levar em conta a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional, bem como o sentido e a realidade que ela possui como elemento de processo de integração.
 - D) O método tópico problemático é aquele em que o intérprete se vale de suas pré-compreensões valorativas para obter o sentido da norma em um determinado problema, pois o conteúdo da norma somente é alcançado a partir de sua interpretação concretizadora, dotada de caráter criativo que deriva do exegeta.
- 13.** No tocante ao Poder Constituinte Derivado, assinale a alternativa correta:
- A) Não pode ser objeto de deliberação a emenda que tenha o objetivo de restaurar a monarquia no País, ou restabelecer o regime parlamentarista.
 - B) A matéria constante de proposta de emenda, rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - C) A faculdade de emendar seu texto não possui qualquer restrição, desde que observado o rito para tanto estabelecido.
 - D) As formas republicana e federativa de Estado não podem ter emenda que proponha sua abolição, objeto de exame.
- 14.** A respeito dos remédios constitucionais, a Constituição Federal prevê que:
- A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- 15.** Joana, brasileira naturalizada, estudou a Constituição Federal brasileira em relação à possível extradição de brasileiro naturalizado. Assim, observou que, dentre os direitos e deveres individuais e coletivos, está disposto que:
- A) A extradição de qualquer brasileiro, seja ele naturalizado ou não, apenas poderá ocorrer em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
 - B) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - C) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em milícia armada e grupos guerrilheiros.
 - D) A extradição de qualquer brasileiro, seja ele naturalizado ou não, consta em diversas hipóteses taxativas do artigo 5º da Carta Magna.
- 16.** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, EXCETO quando, entre outras hipóteses:
- A) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - B) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei complementar.
 - C) O Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - D) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos e privados de saúde.

17. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as:

- A) Denegatórias de mandado de injunção.
- B) Denegatórias de habeas data.
- C) Denegatórias de habeas corpus.
- D) Que reformem decisão do Tribunal Regional Eleitoral em ação de cassação de mandato.

18. Considere as seguintes afirmações no que tange à organização e competências da Justiça Eleitoral, em conformidade com a disciplina da matéria na Constituição da República. Está correto o que consta em:

I - Compete à lei ordinária dispor sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

II - Os Tribunais Regionais Eleitorais compõem-se de sete membros, sendo: quatro eleitos por voto secreto, no âmbito da Justiça estadual; um escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo; dois nomeados pelo Presidente da República, a partir de indicações do Tribunal de Justiça.

III - Os juízes dos tribunais eleitorais sempre servirão por dois anos, no máximo, vedada a recondução.

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

19. No momento do ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, devem demonstrar pertinência temática:

- A) O Governador de Estado ou do Distrito Federal e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- B) O Partido político e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) A Mesa do Senado Federal e a entidade de classe de âmbito nacional.
- D) O Governador de Estado ou do Distrito Federal e confederação sindical.

20. Sobre o Poder Judiciário, marque alternativa correta:

- A) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 11 (onze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 01 (uma) recondução.
- B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, dentre outras atribuições, processar e julgar, originariamente: os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- C) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- D) Compete ao Supremo Tribunal Federal, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente o crime

político.

21. Segundo o CPC, pode-se afirmar que:

- A) os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão;
- B) os juízes e os tribunais atenderão à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão;
- C) os juízes atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, não havendo norma similar dirigida aos tribunais;
- D) os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir despacho, sentença ou acórdão.

22. Estão excluídas da regra de obediência à ordem cronológica, por expressa disposição legal, EXCETO:

- A) as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
- B) o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos;
- C) o julgamento de processos cuja controvérsia jurídica seja simples, de fácil resolução;
- D) a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

23. Sobre modificação de competência, assinale a afirmativa FALSA:

- A) competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
- B) reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir;
- C) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado;
- D) o despacho positivo torna prevento o juízo.

24. Sobre tutela provisória é INCORRETO afirmar:

- A) a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência;
- B) a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental;
- C) a tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas;
- D) a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

25. A respeito de tutela de urgência pode-se dizer que:

- A) ela será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;
- B) para a concessão da tutela de urgência, o juiz não pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa

- vir a sofrer, não podendo a garantia ser dispensada em nenhuma hipótese;
- C) ela pode ser concedida liminarmente, vedada justificacão prévia;
- D) quando possuir natureza antecipada, ela não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- 26.** A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstracão de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:
- A) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
- B) as alegações de fato puderem ser comprovadas por qualquer meio de prova e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;
- C) se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
- D) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- 27.** Em causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:
- A) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- B) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- C) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- D) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito intertemporal.
- 28.** Em que pese não tratar especificamente de processo coletivo, o CPC vigente traz em si diversas ferramentas que podem propiciar racionalização de resolução de problemas comuns a toda coletividade. São exemplos dessas ferramentas, EXCETO:
- A) improcedência liminar do pedido;
- B) incidente de resolução de demandas repetitivas;
- C) conversão de açã individual em açã coletiva;
- D) assunção de competência.
- 29.** Acerca dos sistemas e princípios do processo penal, de acordo com a doutrina majoritária e com o entendimento dos tribunais superiores, marque a assertiva correta:
- A) O sistema processual acusatório não restringe a ingerência, de ofício, do magistrado antes da fase processual da persecuçã penal, pois o princípio da verdade real vigora de forma absoluta no processo penal brasileiro.
- B) O princípio da obrigatoriedade deverá ser observado tanto na açã penal pública quanto na açã penal privada.
- C) No sistema processual inquisitivo, o processo é público; a confissã é elemento suficiente para a condenaçã; e as funções de acusaçã e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.
- D) O princípio internacionalmente consagrado do Duplo Grau de Jurisdicão é reconhecido por várias legislações ocidentais. No Brasil, o princípio também é reconhecido e, segundo o Supremo Tribunal Federal, decorrendo do Pacto de São José da Costa Rica e não tem previsã Constitucional.
- 30.** A cláusula constitucional do due process of law tem por finalidade garantir que o acusado não sofra ações abusivas por parte do Poder Público. Nesse sentido, a inadmissibilidade das provas ilícitas ou ilegítimas é uma das suas concretizações mais importantes, pois concede ao réu o impostergável direito de não ser denunciado, de não ser julgado e de não ser condenado com base em elementos instrutórios obtidos ou produzidos em inobservância aos limites traçados pelo ordenamento jurídico ao poder persecutório e ao poder investigatório do Estado. Sobre o tema, à luz da Jurisprudência, considere as seguintes afirmativas:
- I - As provas ilícitas são inadmissíveis e a ilicitude só poderá ser excluída, excepcionalmente, em razã da boa fé do agente, nos casos de organizaçã criminosa e tráfico.
- II - As provas ilícitas são inadmissíveis, sendo a doutrina pacífica no sentido de que não podem servir nem mesmo quando forem as únicas capazes de demonstrar a inocência do réu.
- III - As provas derivadas das ilícitas não são alcançadas pela inadmissibilidade.
- IV - Em nenhuma hipótese os vícios do inquérito policial serão considerados, uma vez que se trata de fase administrativa que não contamina o processo penal.
- Assinale a opção correta:
- A) F, V, V, F
B) V, V, V, F
C) F, F, F, F
D) V, V, F, F
- 31.** Em data de 21 de dezembro de 2015, Homero teria praticado, em tese, crime contra a honra de Hesíodo, afirmando que este, na condiçã de funcionário público, subtraiu valores do departamento de obras públicas do município de Parazinho. Considerando a data de hoje (29.05.2016), e que Hesíodo tomou ciência da suposta ofensa na data de 30 de dezembro de 2015, aponte, dentre as alternativas, qual é incorreta:
- A) De um lado, cabe oferecimento de representaçã de Hesíodo ao Ministério Público, de outro, cabe oferecimento de queixa em juízo por Hesíodo, representado por advogado, atribuindo-se a este poderes especiais.
- B) Deflagrada a açã penal, é sempre cabível a proposi-

ção de incidente de exceção da verdade por Homero, com o intuito de provar a subtração atribuída a Hesíodo, isso na fase da defesa escrita.

- C) Sem Hesíodo manifestar de forma clara que pretende responsabilizar criminalmente Homero, o delegado não poderá deflagrar a investigação da suposta infração contra a honra.
- D) Oferecida a queixa em juízo, poderá o Ministério Público aditá-la.

32. Acerca das medidas cautelares pessoais no processo penal brasileiro é acertado afirmar que:

- I - a prisão domiciliar implicará o recolhimento do réu à sua residência nos períodos noturnos e de folga, e pressupõe decisão judicial.
 - II - podem ser aplicadas nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima inferior a quatro anos se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
 - III - há previsão da proibição de ausentar-se do país, apenas nos casos de competência da Justiça Federal.
 - IV - as hipóteses de exclusão da licitude do Código Penal, por serem aferidas após cognição exauriente no processo penal, não impedem a aplicação da prisão preventiva.
- A) Apenas a I e II estão corretas
 - B) Apenas a II está correta
 - C) I, II, e III estão incorretas
 - D) Todas as alternativas estão incorretas

33. Determinada pessoa, denunciada como Pitágoras de Elêusis, após sofrer condenação pelo juízo criminal, interpôs recurso de apelação, suscitando, preliminarmente, a nulidade ab initio do processo, alegando, para tanto, que seu verdadeiro nome é Ésquilo de Elêusis, e que forneceu, na delegacia, o prenome Pitágoras, que é de seu irmão, porque tinha antecedentes e agiu, portanto, no exercício de sua autodefesa. O Tribunal de Justiça deve rejeitar a preliminar sob a justificativa de que, no tocante às nulidades, não se observou o(s) princípio(s) do(a):

- A) Interesse
- B) Conservação dos atos processuais e Causalidade
- C) Tipicidade das formas e interesse
- D) Convalidação do ato processual

34. Com relação à sentença penal, é CORRETO afirmar:

- A) Conforme a redação do CPP, ao final da instrução, se o juiz perceber a possibilidade de nova classificação jurídica do fato em virtude de prova nos autos de circunstância ou elemento não contidos na acusação, não havendo aditamento por parte do Ministério Público, deverá cumprir o procedimento previsto no artigo 28 do CPP.
- B) Em contrarrazões de apelação, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência prova existente nos autos de elemento ou circunstância da

infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá propor o aditamento da denúncia no prazo de cinco dias. Se tal situação ocorrer, o Tribunal deverá intimar o réu para oferecer novas contrarrazões em igual prazo.

- C) Com a reforma processual promovida pela Lei No 11.719/08, consagrou-se a identidade física do juiz no ordenamento processual penal brasileiro, e o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença (artigo 399, § 2º do CPP). O STJ tem confirmado a regra, e prestigiado o princípio, pacificando o entendimento de que diante da ausência de outras normas específicas que regulamentem a matéria, deve-se impedir qualquer tipo de mitigação ao dispositivo.
- D) Conforme a redação do CPP, um dos efeitos da sentença condenatória de primeiro grau é a imediata expedição de mandado de prisão, salvo se o juiz permitir ao réu que apele em liberdade. Neste caso, deverá fundamentar sua decisão com base nas evidências dos autos.

35. Rubinho e Irene estão sendo processados pela prática do delito de receptação simples. Caso:

- A) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, o delito de roubo, a competência para processá-los e julgá-los seria do juízo onde praticada a receptação, por ser o último ato de execução.
- B) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática do delito de contrabando, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.
- C) a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática de furto simples, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar onde houvesse ocorrido o maior número de infrações.
- D) Rubinho, no curso do processo criminal, tivesse sido eleito e empossado como deputado estadual, a competência para processá-los e julgá-los pela prática do delito de receptação continuaria do juiz de primeiro grau.

36. Com relação ao ato administrativo, assinale a opção CORRETA.

- A) Os vícios sanáveis do ato administrativo, que admitem convalidação, são aqueles relacionados à forma, à finalidade e ao motivo.
- B) Consideram-se atos administrativos enunciativos aqueles que são editados no exercício do poder hierárquico com o objetivo de disciplinar as relações internas da administração pública, dos quais são exemplos as circulares, as instruções e os avisos.
- C) O decreto, como espécie de ato administrativo, confunde-se com o regulamento, de maneira que não pode haver decreto sem regulamento, nem regulamento sem o decreto respectivo.
- D) Há formalidades que são essenciais ao ato administrativo; assim, a ausência de ampla defesa e contraditório acarreta a invalidade da imposição de sanções administrativas, do mesmo modo que a ausência de motiva-

ção causa a nulidade da demissão de servidor público.

37. Assinale a opção correta a respeito de licitações e registro de preços.

- A) Representa hipótese de licitação dispensada, com previsão na Lei n.º 8.666/1993, a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração cuja necessidade de instalação e localização condicione a sua escolha.
- B) Quando, no decorrer de uma licitação, os licitantes apresentarem propostas com preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, se estará diante, então, da chamada licitação deserta.
- C) Em todas as modalidades licitatórias, faz-se imprescindível a constituição de comissão permanente ou especial de, no mínimo, três membros, servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da administração responsável pela licitação, a qual será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento dos licitantes.
- D) O sistema de registro de preços é o procedimento administrativo por meio do qual a administração pública seleciona as propostas mais vantajosas, que ficarão registradas para futuras contratações de prestação de serviços e aquisição de bens mediante concorrência ou pregão.

38. Assinale a opção correta com relação ao poder regulamentar e ao poder de polícia administrativa.

- A) O poder de polícia administrativa tem como uma de suas características a autoexecutoriedade, entendida como sendo a prerrogativa de que dispõe a administração para praticar atos e colocá-los em imediata execução sem depender de autorização judicial.
- B) O exercício do poder de polícia administrativa é sempre discricionário, caracterizando-se por conferir ao administrador liberdade para escolher o melhor momento de sua atuação ou a sanção mais adequada no caso concreto, por exemplo, quando houver previsão legal de duas ou mais sanções para determinada infração.
- C) No exercício da atividade de polícia, a administração atua por meio de atos concretos e impositivos que geram deveres e obrigações aos indivíduos, não sendo possível considerar que a edição de atos normativos caracterize atuação de polícia administrativa.
- D) No exercício do poder regulamentar, o presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando tal ato administrativo não implicar aumento de despesa; sobre a criação e extinção de órgãos públicos; sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando estes estiverem vagos.

39. Assinale a opção correta no que se refere aos contratos administrativos.

- A) As cláusulas exorbitantes de que a administração pública pode lançar mão nos contratos administrativos não precisam constar dos instrumentos contratuais, mas deverão, necessariamente, estar previstas no edital da licitação.
- B) Caso ocorra desequilíbrio do contrato devido a aumento da alíquota de tributo que incida sobre o objeto contratual, o particular contratado será beneficiado com a revisão contratual; entretanto, a administração não poderá reduzir o valor devido no ajuste na hipótese de haver diminuição da alíquota de tributo.
- C) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, sendo integralmente vedados, sob pena de nulidade, contratos verbais com a administração.
- D) O contrato administrativo tem como uma de suas características a alteração unilateral; entretanto, apenas as cláusulas regulamentares (ou de serviço) podem ser alteradas unilateralmente, possibilidade essa que não alcança as cláusulas econômico-financeiras e monetárias.

40. O art. 63, VIII, da Constituição do Estado do Piauí estabelece que compete privativamente a Assembleia Legislativa aprovar a escolha dos presidentes das entidades da administração indireta que operem nos setores de saneamento básico.

Em atenção esse dispositivo constitucional, os sucessivos Governadores estaduais têm submetido à aprovação da Assembleia Legislativa a indicação dos Presidentes da AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S.A., que é sociedade de economia mista.

- A) Ao estabelecer a necessidade de aprovação do indicado para o cargo de Presidente de sociedade de economia mista, esse dispositivo fortalece o controle a ser exercitado sobre entidades da administração indireta, não afrontando a Constituição.
- B) Como saneamento básico é serviço público, essa aprovação pelo Legislativo é constitucional, já que sociedade de economia mista que desempenha serviço público não se submete as mesmas regras das empresas privadas.
- C) Independente da atividade desempenhada, se serviço público ou atividade econômica em sentido estrito, essa intervenção do Poder Legislativo é inconstitucional por afrontar o princípio da separação dos poderes.
- D) Essa necessidade de aprovação pelo Legislativo somente é constitucional com relação aos Presidentes de autarquias, fundações públicas e empresas públicas, entidades da administração indireta de capital exclusivamente público.

41. Acerca do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, é CORRETO afirmar que:

- A) tem por objetivo, entre outros, estabelecer, na forma da lei, regras básicas relativas aos conflitos de interesses, mas não pode dispor sobre restrições às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo.
- B) as normas nele contidas aplicam-se aos servidores efetivos do quadro do TRE-PI e aos ocupantes de cargo ou função comissionada, enquanto estiverem em efetivo exercício de seus cargos e funções, mas não aos cedidos e requisitados, por possuírem vínculos de natureza diversa com o TRE-PI, marcados pela transitoriedade e precariedade.
- C) não intregará os contratos de prestação de serviços, os quais são regidos por normas especiais referentes às licitações e contratações no Serviço Público.
- D) deve integrar o Conteúdo Programático do Edital de Concurso Público para provimento de cargos no TRE-PI.

42. Acerca dos direitos e deveres dos servidores do TRE-PI, estabelecidos no Código de Ética (Resolução TRE-PI nº 258/2013), é CORRETO afirmar que:

- A) o servidor tem o direito de ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, de modo que o acesso a dados referentes às parcelas que integram sua remuneração somente pode ser franqueada a terceiro após a identificação do interessado, com base na legislação que rege a transparência das informações no Serviço Público.
- B) a participação do servidor em atividades de capacitação e treinamento necessários ao seu desenvolvimento profissional não pode ser denegada pela Administração, ainda que os custos devam ser por ela suportados, independentemente de eventuais limitações orçamentárias, por se tratar de direito do servidor.
- C) o servidor tem o dever de declarar seu impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade, salvo se não estiverem vinculadas ao apoio à atividade jurisdicional de magistrados.
- D) o servidor tem o dever de manter neutralidade no exercício profissional, tanto a real como a percebida, conservando sua independência em relação às influências político-partidária, religiosa ou ideológica, de modo a evitar que estas venham a afetar, ou parecer afetar, a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais.

43. Ao servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, de acordo com o Código de Ética instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, é vedado:

- A) exercer a advocacia, inclusive a administrativa, em qualquer hipótese.
- B) prestar consultoria técnica ou qualquer tipo de serviço a partidos políticos, candidatos ou a qualquer pessoa física ou jurídica, ligada direta ou indiretamente ao processo eleitoral, bem como a empresas licitantes ou

que prestem serviços ao TRE-PI.

- C) ausentar-se injustificadamente de seu local de trabalho, salvo se não resultar em prejuízo às atividades afetas à unidade em que estiver lotado.
- D) receber qualquer tipo de presente, não se reputando como tal os brindes que não tenham valor comercial ou que sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, e não ultrapassem o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento básico do cargo inicial de Analista Judiciário.

44. Acerca da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância do TRE-PI, de que trata o Código de Ética instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, NÃO É CORRETO afirmar que:

- A) possui natureza investigativa, pois se destina à apuração de irregularidades mediante procedimento sindicante, mas não natureza consultiva, que é própria das unidades administrativas do TRE/PI, integrantes de seu sistema de controle interno.
- B) deverá manter com a chancela de "reservado", até que esteja concluído, qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas.
- C) o mandato de seus membros será de um ano, permitindo apenas uma recondução.
- D) é composta por três servidores, e respectivos suplentes, todos servidores efetivos estáveis, dentre aqueles que não tenham sofrido punição administrativa ou penal nos últimos dois anos.

45. Acerca da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância do TRE-PI, de que trata o Código de Ética instituído pela Resolução TRE-PI nº 258/2013, É CORRETO afirmar que:

- A) seus integrantes desempenharão suas atribuições com exclusividade, devendo afastar-se daquelas inerentes a seus cargos efetivos, cargos em comissão ou funções comissionadas enquanto durarem seus mandatos como membros da Comissão.
- B) o presidente da Comissão será indicado pelo Presidente do Tribunal exclusivamente dentre os servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, e que se achem no exercício de cargos em comissão e funções de comissionadas.
- C) não lhe incumbe a apuração de infrações imputadas ao Diretor-Geral e aos ocupantes do cargo em comissão de Secretário, casos em que deve ser criada uma Comissão Especial de Ética e Sindicância, composta por um dos membros da Corte deste Regional, a quem caberá a Presidência da Comissão, e por dois servidores estáveis, todos designados pelo Presidente do TRE-PI.
- D) não tem, entre suas atribuições, a de dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação do Código de Ética e de deliberar sobre os casos omissos, devendo submeter as dúvidas e os casos omissos à apreciação e deliberação do Presidente do Tribunal, o qual pode di-

rimi-las monocraticamente ou submeter à decisão colegiada do Tribunal propostas de normas complementares, interpretativas e orientadoras das suas disposições.

46. Nos termos do Regimento Interno do TRE/PI, aprovado por meio da Resolução TRE/PI Nº 107/2005, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar, originariamente, as ações de impugnação de mandatos eletivos municipais, estaduais e federais.
- B) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral julgar os recursos interpostos contra atos, decisões ou despachos do Presidente, do Relator e do Corregedor Regional.
- C) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar, originariamente, o registro e o cancelamento do registro dos candidatos a Governador, a Vice-Governador, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa.
- D) Compete privativamente ao Tribunal Regional, nas eleições gerais, federais e estaduais, constituir comissão apuradora composta por três de seus membros efetivos, presidida pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

47. Considerando as disposições da Resolução TRE-PI Nº 107/2005, Regimento Interno do TRE-PI, marque a alternativa CORRETA.

- I - Compete ao Presidente do TRE-PI assinar os diplomas dos candidatos eleitos para os cargos federais, estaduais e municipais.
 - II - Compete ao Vice-Presidente do TRE-PI presidir a Comissão Apuradora quando se tratar de eleições gerais, federais e estaduais, cujos resultados parciais tiverem que ser totalizados, bem assim nas eleições federais e estaduais.
 - III - Exercerá as funções de Procurador Regional, junto ao Tribunal, o que for designado pelo Procurador-Geral da República, para um mandato de dois anos, na forma da lei.
 - IV - As decisões que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os membros da Corte e, havendo impedimento de algum juiz, deverá ser convocado suplente da mesma classe.
- A) Há uma alternativa correta.
 - B) Há duas alternativas corretas.
 - C) Há três alternativas corretas.
 - D) Todas as alternativas estão corretas.

48. Sobre o Regimento Interno do TRE-PI (Resolução TRE-PI Nº 107/2005), marque a alternativa CORRETA:

- A) Da homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição, não poderão servir como Juízes do Tribunal Regional Eleitoral, ou como Juízes Eleitorais, cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- B) A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e o Recurso Contra Expedição de Diploma sujeitam-se à revisão,

sendo revisor o Juiz que se seguir ao Relator na ordem crescente de antiguidade no Tribunal.

C) O Relator poderá decidir monocraticamente registro de candidatura sem ou com impugnação formalizada nos autos e com manifestação do representante do Ministério Público Eleitoral pelo deferimento da candidatura.

D) Em havendo declaração de inconstitucionalidade ou nos processos criminais de competência recursal do Tribunal, o Acórdão deverá ser assinado por todos os participantes do julgamento.

49. Sobre o Regimento Interno do TRE-PI (Resolução TRE-PI Nº 107/2005), marque a alternativa INCORRETA:

- A) O Acórdão ou Resolução será assinado pelo Presidente, pelo Relator e pelo Procurador Regional Eleitoral, quando presente ao julgamento.
- B) Sempre que, iniciado o julgamento, for suscitada alguma preliminar por algum juiz, será ela, antes de julgada, discutida pelas partes e pelo Procurador Regional Eleitoral, que poderão usar da palavra, pelo prazo de dez minutos cada um.
- C) O Tribunal poderá, especialmente, em datas de relevância cívica, histórica e cultural para as sedes e termos das zonas eleitorais, realizar, nos municípios correspondentes, sessões ordinárias ou extraordinárias itinerantes, as quais dará ampla publicidade, observando, para a publicação da pauta respectiva, o prazo mínimo de dez dias antes da sessão.
- D) O Tribunal deliberará com a presença de, no mínimo, cinco de seus membros, além do Presidente, devendo contar com a presença do Procurador Regional Eleitoral.

50. Considerando as disposições da Resolução TRE-PI Nº 107/2005, Regimento Interno do TRE-PI, marque a alternativa CORRETA:

- I - O Tribunal elegerá, mediante votação aberta, para seu Presidente, pelo prazo de dois anos, um dos Desembargadores, cabendo ao outro, por igual período, a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional.
 - II - Compete ao Procurador Regional Eleitoral emitir parecer, no prazo de três dias, em todos os recursos e conflitos de competência encaminhados ao Tribunal, bem como nos processos de habeas corpus, habeas data, mandados de segurança e de injunção.
 - III - Os processos de competência da Corregedoria Regional Eleitoral que devam ser apreciados pelo Tribunal serão registrados na respectiva classe processual e distribuídos pela Secretaria Judiciária ao Corregedor Eleitoral, devendo a tramitação dos respectivos feitos ser processada pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral.
 - IV - Encerrada a discussão, o Presidente tomará os votos, a partir do Relator, seguindo-se a este o Revisor, se houver, o Vice-Presidente, o Juiz Federal e os demais Membros, observando-se, quanto a estes, a ordem crescente de antiguidade.
- A) Há uma alternativa correta.
 - B) Há duas alternativas corretas.
 - C) Há três alternativas corretas.
 - D) Todas as alternativas estão corretas.